

## A Arquidiocese do Rio de Janeiro e o Pensamento Católico Conservador: Parceria entre Igreja, Estado e Intelectuais.

Leandro Garcia Rodrigues<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem o objetivo de debater e problematizar o protagonismo da Arquidiocese do Rio de Janeiro na estruturação e divulgação do pensamento católico conservador no Brasil. Para isso, optamos em refletir, prioritariamente, acontecimentos e atitudes tomadas ao longo das décadas de 1920 e 1930, o que não exclui outros momentos históricos. Debateremos o papel fundamental de alguns intelectuais – especialmente Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo - imbuídos na construção de uma espécie de “cristandade brasileira” a partir da criação de algumas instituições (o Centro Dom Vital) e veículos de comunicação católicos, todos sob a rígida orientação da hierarquia da Igreja.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; Intelectuais; Pensamento Católico.

### Abstract

This paper aims to debate and question the status of the Archdiocese of Rio de Janeiro in the formation and disclosure of the conservative Catholic thinking in Brazil. Thus, we have chosen to reflect, in a first moment, some happenings and attitudes taken in the 20's, 30's and other historical moments. We will discuss the importance of some intellectuals, particularly Alceu Amoroso Lima and Jackson de Figueiredo. These thinkers wanted to create such a “Brazilian Christendom” within the creation of some institutions (Dom Vital Center) and press, all under the rigid Church hierarchy.

**Key-words:** Catholic Church; Intellectuals; Catholic Thinking.

---

<sup>1</sup> Doutor e Pós-Doutor em Letras (Estudos Literários) pela PUC-Rio. Professor da Especialização em Letras da PUC, da Universidade Cândido Mendes e da FEUC.

Apesar de modesta, a produção intelectual católica dos anos 1920 foi capaz de revelar alguns pensadores de grande envergadura, como é o caso de Jackson de Figueiredo, Sobral Pinto e Alceu Amoroso Lima. Seus inspiradores estavam ao nível de um Joseph-Marie de Maistre, defensor da monarquia absolutista e da Igreja, e Louis Veuillot, representante do catolicismo conservador que atacava tanto a ciência quanto a ideia de liberdade. Jackson de Figueiredo logo se transformou em figura destacada no combate ao Liberalismo e ao Comunismo na década de 20, aproximando-se politicamente das posições fascistas. O perigo de uma Revolução Comunista depois da experiência russa de 1917 reforçou as posições reacionárias na Europa e no Brasil que, após a Primeira Grande Guerra, ganharam grandes reforços na ascensão dos fascistas, nazistas e outros grupos similares.

Ainda sem o envolvimento direto da alta hierarquia da Igreja, pensadores católicos conservadores como Jackson de Figueiredo e Plínio Corrêa de Oliveira promoveram as condições mais adequadas para que os grupos reacionários cerrassem fileiras contra o Comunismo, e também defendendo a Igreja contra os positivistas, maçons, espíritas, protestantes e evolucionistas. Essa é uma longa história da reação àqueles considerados inimigos do Catolicismo, começando pelo epicentro ideológico-conservador: a Arquidiocese do Rio de Janeiro e o seu então cardeal-arcebispo, Dom Sebastião Leme.

Nas primeiras décadas do século XX, a Arquidiocese carioca era a mais importante de todo o Brasil, principalmente pelo fato de que as decisões nela tomadas repercutiam em nível nacional com rapidez. Leve-se em consideração que o Rio de Janeiro era a capital federal, o que aproximava ainda mais a Arquidiocese do Rio à Presidência da República. Por esta razão, a Santa Sé nomeou, em 1905, o então arcebispo do Rio – D. Joaquim Arcoverde – o primeiro cardeal não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina. Tal tradição de dialogar diretamente com as lideranças nacionais foi uma marca dos prelados da antiga capital federal. Com a morte de D. Arcoverde, ocorrida em 1930, ascendeu ao trono do Palácio São Joaquim<sup>2</sup> Dom Sebastião Leme, que naquele momento era arcebispo de Olinda e Recife.

---

<sup>2</sup> O Palácio São Joaquim é, ainda hoje, a residência oficial dos arcebispos do Rio de Janeiro.

Logo quando tomou posse da Sé carioca, Dom Leme foi prontamente nomeado cardeal pelo papa Pio XI e exerceu uma considerável liderança na Igreja Católica do Brasil. Dom Leme era afinado com os meios romanos do poder eclesiástico, era amigo pessoal do Cardeal Eugênio Pacelli, futuro papa Pio XII, e comungava da missão que a chamada “neocristandade” (católicos convictos que defendiam a ortodoxia da Igreja) deveria exercer em todos os âmbitos da sociedade. É o próprio Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) quem o define:

Quanto a Dom Leme foi no seio do episcopado que assumiu o papel de precursor. [...] Como poucos, Dom Leme soube harmonizar idealismo e realismo, autoridade e tolerância. Tinha um senso agudo de como lidar com as pessoas, conhecendo suas qualidades, debilidades e fraquezas. [...] Desfrutava ainda de grande prestígio, dentro e fora da Igreja, coisa, aliás, de que não se envaidecia. [...] Mais tarde Dom Leme iria revelar suas inegáveis qualidades de político ao fundar a Liga Eleitoral Católica, vencendo inclusive resistências dentro do próprio clero, como foi o caso de um arcebispo da época, para quem ou se fazia a união da Igreja com o Estado ou não se fazia nada. Creio que posso afirmar ter sido Dom Leme um precursor no Brasil desse novo espírito do Catolicismo, fiel à Tradição e ao passado, mas voltado para o futuro. (LIMA, 1973, p. 232)

Este aparente paradoxo entre manter a ortodoxia e vislumbrar o futuro foi o drama vivido pelos diversos setores da Igreja, principalmente a partir do pontificado de Pio XII, de quem Dom Leme era fiel colaborador. O cardeal afirmava que o Brasil era um país tradicionalmente católico, mas apesar disso, havia uma incompreensível e lamentável contradição: a influência pública do Catolicismo era quase nula. Não havia presença significativa dos católicos no campo de ação social, na política ou no mundo intelectual. Verifica-se que, sendo a religião da maioria, o Catolicismo atingia relativamente pouco as lideranças do país. É o próprio Dom Leme quem afirma:

Na verdade, nós católicos somos a maioria do Brasil, no entanto católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege, leigas são as nossas escolas, leigo o ensino, enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. Somos uma maioria que não cumpre

os deveres sociais. Obliterados em nossa consciência, os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente. Nossas trincheiras católicas estão sendo invadidas pelo inimigo. Espiritismo, Protestantismo, livre-pensamento, ódios sectários, Anarquismo, o respeito humano, a descrença, enfim, e o indiferentismo religioso penetram em nossos arraiais e cidades. Alerta, soldados de Cristo. Mas os soldados são poucos, os soldados jazem por terra, sonolentos, feridos de tédio, mortos de torpor. Eis chegado o momento das associações católicas. Elas que saiam no meio dos católicos que dormem, que saiam gritando: Camaradas, que fazeis? Dormis? Morreis? Levantai-vos... Jesus Cristo vos chama. Mortos, de pé! (apud MATOS, 2003, p. 48)

Uma palavra bem define este pontificado – *tensão*. Pio XII sobe ao Trono de Pedro juntamente com a Segunda Guerra e encontra uma Igreja profundamente dividida entre aqueles que queriam manter o *status quo* triunfal e inquestionável e aqueles que queriam algum tipo de renovação doutrinária e estrutural. Nem sempre este papa definia bem em qual das trincheiras ele se colocava, colaborando para uma série de interpretações errôneas acerca do seu Magistério. Segundo o pesquisador Marcelo Timotheo da Costa, os anos de governo de Pacelli

Foram dias, portanto, marcados pela tensão. Imagem reforçada pela atuação de Pio XII que, como já salientei, mesmo permitindo certos avanços (alguns notáveis para a época), presidiu substancial fechamento teológico-pastoral nos últimos anos do seu pontificado – comprometendo, inclusive, propostas de renovação anteriormente toleradas ou permitidas pela Santa Sé. É consenso entre os especialistas que, na primeira metade do século XX, apesar dos olhares atentos da hierarquia, vêm a lume importantes movimentos que, de uma maneira ou outra, semearam entre as hostes católicas princípios afinados com a modernidade. Refiro-me à “nova Teologia” e aos movimentos bíblico, litúrgico, de leigos e dos padres operários. (COSTA, 2006, p. 117)

Voltando ao Rio de Janeiro de Dom Leme, temos o cardeal ocupando a Arquidiocese de 1930 a 1942, quando de sua morte. Dom Leme se esforçava para consolidar a Ação Católica Brasileira (ACB). A Ação Católica (AC) foi, no mundo inteiro,

um amplo trabalho da Igreja para reafirmar a autoridade da mesma, bem como sua eternidade e infalibilidade. Entretanto, tal atividade pastoral deveria ser feita com uma “nova mão de obra”: o laicato comprometido.

A AC foi idealizada pelo papa Pio XI através da encíclica *Mystici Corporis Christi*, de 1932, e seu objetivo é bem claro: “Constituída para auxiliar a Hierarquia - *adiumentum ad apostolatum hierarchicum*, tem a Ação Católica por finalidade a dilatação do Reinado de Jesus Cristo, pois para isso foi instituída a Hierarquia Eclesiástica”<sup>3</sup>. A Ação Católica desenvolveu-se através de mecanismos laicos bem definidos quanto ao seu lugar de atuação: a JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC – nos meios estudantis secundaristas, a JOC – nos meios operários em geral, a JAC – nos ambientes agrários; e as já conhecidas congregações leigas: Apostolado da Oração, Legião de Maria, Vicentinos etc. É bem clara a ideia de colaboração do leigo, porém sob a tutela da hierarquia que o governa e direciona.

Uma importante associação leiga criada neste momento foi o DNIRI - Departamento Nacional de Imprensa, Rádio e Informação. A Ação Católica Brasileira (ACB) confiava ao DNIRI a incumbência de organizar uma rede de diários e periódicos católicos que pudessem envolver todo o território nacional a serviço da Igreja e da Pátria. Acompanhando esse mesmo raciocínio, o DNCT (Departamento Nacional de Cinema e Teatro) foi sugerido para que se pudesse proclamar de maneira eficiente e com urgência no país a “Legião da Decência”, que segundo os membros da ACB era relevante em diversas nações, censurando as iniciativas que difundiam ideias perniciosas à moral católica.

Finalmente, de igual importância estratégica para a ACB, era a implantação do DNDFM: Departamento Nacional de Defesa da Fé e da Moral. Na sua atuação, este departamento devia receber assistência e auxílio dos demais departamentos e de toda a Ação Católica Brasileira, isto é, era dele que provinham e para ele convergiam todas as grandes ações da ACB com a finalidade de garantir que os princípios espirituais básicos da instituição fossem coletivamente respeitados.

---

<sup>3</sup> Disponível no endereço: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info>

A importância da Arquidiocese do Rio se explica: foi através dela que toda a Ação Católica Brasileira se desenvolveu, pois foi necessária uma série de diálogos e negociações com os governos civis para que os trabalhos religiosos se estruturassem<sup>4</sup>. Confirmando essa tendência ao promoverem alianças tácitas, o Cardeal Dom Sebastião Leme, considerado o chefe-supremo da Igreja Católica no Brasil, e o presidente Getúlio Vargas “oficializaram” o mútuo apoio Igreja-Estado, proclamando a força do Catolicismo no país, do qual, aliás, se valeria o novo regime político em muitas ocasiões para justificar suas ações contrárias aos grupos considerados inimigos da Pátria, da moral e da ordem e que, portanto, eram também inimigos da Igreja. De acordo com Henrique Matos, tal “fórmula” cooperativa era bem simples:

A ordem cristã e a ordem e a instabilidade do Estado Novo eram praticamente idênticas. A Igreja parecia, além do mais, integrada no trabalho social do Estado populista. Ocasionalmente, o Estado utilizava e financiava as estruturas sociais ou educativas da Igreja, e a Igreja servia-se das estruturas do Estado (escolas públicas, institutos militares) para sua obra pastoral. (MATOS, 2003, p. 84)

Ao olharmos para o nosso passado político, sabemos que quando a República foi proclamada no Brasil, uma série de transformações político-religiosas teve início em âmbito nacional. Em 7 de janeiro de 1890 foi decretada a separação entre Igreja e Estado. A República acabou com o Padroado, reconheceu o caráter laico do Estado e garantiu a liberdade religiosa. Em regime de pluralismo religioso e sem a tutela estatal, as associações leigas, editoras e paróquias passaram a editar jornais e revistas para combater a circulação de ideias anarquistas, comunistas e protestantes. Para os mais reacionários, o regime republicano tal como foi implantado no Brasil, era a síntese de um pensamento antirreligioso que se espalhava por todo o Ocidente. O Positivismo exagerado que configurou as ideologias da República Velha era percebido nas diferentes variantes da vida pública e da nova ordem social e religiosa. A Igreja se

---

<sup>4</sup> Levemos em consideração a imensa quantidade de instituições de caridade que surgiram naquele momento, como asilos, orfanatos e outros centros filantrópicos, muitos dos quais a partir de doação de prédios e terrenos por parte dos governos civis, por isso a tessitura de inúmeros acordos entre Igreja e Estado.

dividia: certos setores mais liberais viam com certo otimismo tal separação, já que a mesma dava liberdade ao clero de atuar da maneira como melhor lhe convinha, especialmente no trabalho de evangelização.

Entretanto, a outra ala mais conservadora se concentrava na classe média alta e tinha um forte intuito de restaurar o antigo regime, uma vez que o mesmo dava certas seguranças às instituições católicas, isto sem dizer que a partir do final do século XIX algumas denominações protestantes chegaram legalmente ao Brasil, dada a liberdade religiosa oferecida pela República. A respeito de tal fato, o historiador dominicano Oscar Lustosa oferece certas ideias:

O grande propósito da corrente católica conservadora em favor da Restauração da monarquia no Brasil concentrava-se em criar um clima de aversão e hostilidade ao regime republicano. Os partidários do conservadorismo monárquico timbravam em enfatizar a sua fragilidade política, as carências econômicas e, sobretudo, o “ateísmo social”, vigente nos textos legais. Ultramontanos<sup>5</sup> por opção, não cediam um palmo de terreno às ideias políticas liberais e nelas viam a fonte de desagregação da sociedade cristã. (LUSTOSA, 1993, p. 25)

Os católicos afirmavam que o regime republicano estava totalmente afastado de Deus e, dada a importância do Catolicismo na história do Brasil, tal sistema se mostrava desacreditado por natureza e fadado à descrença e à desconfiança. Em 1925, o papa Pio XI publicou a encíclica *Quas Primas*, na qual afirmou que “por estarem separados miseravelmente de Deus e de Jesus Cristo é que os homens caíram, da felicidade de outros tempos, nos abismos dos males atuais” (Pio XI, 1925, p. 3). É neste grande abismo que a mentalidade católica brasileira se via naquele momento, um imenso quantitativo que não tinha peso de decisão e influência proporcionais. Num dos seus inúmeros discursos publicados nos jornais da época, afirma Dom Leme:

---

<sup>5</sup> O termo designa, especialmente no Catolicismo francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando se elegia um papa não italiano (“além dos montes”). Ao longo dos séculos XIX e XX, o termo “ultramontanismo” apareceu como uma reação ao mundo moderno e como a opção por uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma e uma recusa ao contato com as diversas ideias e correntes ideológicas da contemporaneidade.

Felizmente, os mentores da República começam a capacitar-se de que a honestidade do ideal democrático lhes impõe o dever de não fechar ouvidos aos clamores da alma religiosa do povo. Que se não desviem deste caminho. É o único que corresponde aos interesses superiores da pátria. É o único que pode salvar o Brasil. Ou os governantes tomam conhecimento da alma e da consciência do povo, acabando de vez com esse laicismo obsoleto que teima em ignorar os valores espirituais, ou o Brasil será o eldorado eterno da politicagem de nomes que se digladiam no circo em que a alma da pátria é a única vítima a ser esfaqueada. (apud MATOS, 2003, p.59)

Finalmente, o Estado brasileiro passou a ouvir as vozes que vinham dos púlpitos, especialmente aquelas do Rio de Janeiro. Tal fato se desencadeou a partir do governo Arthur Bernardes (1922-1926). O ano em que teve início o governo deste presidente “mineiro e católico” é emblemático: 1922 presenciou a Semana de Arte Moderna, o centenário da Independência, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Revolta do Forte de Copacabana e a criação de inúmeros sindicatos, principalmente em São Paulo. Todos estes eventos prediziam os ares diferentes daquele momento histórico, especialmente caracterizado por um certo sentimento de anarquia político-cultural.

As primeiras décadas do século XX também presenciaram o soerguimento da Igreja Católica no Brasil, com a criação de inúmeras dioceses, a definição do trabalho missionário, o cuidado com a formação clerical e um verdadeiro “agito” no laicato através dos inúmeros congressos e manifestações apoteóticas da fé, com estádios e praças lotados para as celebrações de missas campais que atraíam milhares de pessoas. Toda essa movimentação não passou incólume pelo governo brasileiro, pois este via na Igreja uma possibilidade de reorganização política do próprio Estado através de uma cooperação mútua. Afinal, estamos falando de uma força moral e religiosa que, segundo o próprio governo reconhecia, unia e sensibilizava a quase totalidade da nação. Por que ignorar tal atuação religiosa? Neste sentido, o governo de Arthur Bernardes foi enfático na reaproximação dos poderes temporal e religioso.



Isto se deu através de diversos encontros, jantares, festas e homenagens concedidas pelo presidente ao então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde e a Dom Leme, seu bispo coadjutor (auxiliar) a partir de 1921<sup>6</sup>. Segundo alguns jornais da época, era mais fácil encontrar o cardeal no Palácio do Catete do que no Palácio São Joaquim, e junto dele um séquito de lideranças, políticos, empresários, escritores e intelectuais católicos, principalmente Félix Pacheco, então ministro das Relações Exteriores, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras.

Bernardes solicitou de forma explícita a colaboração da Igreja para conter a onda revolucionária que se espalhava em diversos setores da sociedade, principalmente na educação. Ou seja, o governo é vítima das suas próprias políticas educacionais: incentivou o Positivismo de forma exacerbada e neste momento não via outra saída senão “recristianizar” as escolas e institutos de formação; foi quando se falou do ensino religioso na educação pública, um verdadeiro atentado aos ideais positivistas da República laica. A instituição eclesiástica se torna, desta maneira, um instrumento eficaz para (re)moralizar o país e restabelecer a ordem e a autoridade.

A articulação entre a Arquidiocese do Rio e o governo varguista foi intensa, tendo Alceu Amoroso Lima como mediador entre as duas instâncias. A problemática em torno da educação se mostrava bem complexa, não eram apenas as novas escolas protestantes que preocupavam a Igreja Católica, mas também o ensino leigo privado através de certos estabelecimentos particulares que não tinham qualquer orientação religiosa. Em 1932 foi lançado o *Manifesto Pioneiro da Escola Nova*, assinado por inúmeros educadores, dentre os quais Heitor Lyra, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Cecília Meireles. Segundo Riolando Azzi, as principais reivindicações deste documento foram:

A consideração do aluno como elemento participante de sua própria formação cultural, através do estímulo à pesquisa; substituição do método memorizador por uma valorização do raciocínio e da imaginação; ênfase na cultura científica, considerada mais útil e necessária para a sociedade urbana e industrial em formação; ação do Estado em favor da democratização do ensino. (AZZI, 2008, p.306)

---

<sup>6</sup> Dom Leme chegou ao Rio de Janeiro em 1921 para auxiliar Dom Joaquim Arcoverde que estava idoso e doente; todavia, a morte do velho cardeal somente se deu em 1930, quando Dom Leme assumiu a Arquidiocese do Rio até 1942.

A Igreja viu estas propostas com um considerável receio, pois as mesmas contradiziam diretamente o projeto eclesial de (re)sacralização da sociedade, no qual o ensino religioso deveria ocupar um lugar de destaque. Foi neste momento que teve início a articulação de Amoroso Lima e do Padre Leonel Franca junto às instâncias do poder federal, principalmente do Ministério da Educação. Para Amoroso Lima, “Só a aliança do Estado com a Igreja Católica e com a família pode dar à nossa instrução pública a base da realidade nacional, de universidade cultural e de espiritualidade cristã que o laicismo desastroso lhe roubou.” (LIMA, 1939, p. 19)

Outra “fórmula” bem simples: recatolicizando o ensino seria possível, nas gerações futuras, construir um Estado teocrático católico, cujo trinômio de sustentação ideológica seria orquestrado pela Igreja, pelo Estado e pela família. Tal intenção se mostra totalmente descabida, principalmente porque as lideranças católicas tinham dois parâmetros: a época do padroado (o Brasil Colônia, quando a Igreja era suprema no Brasil) e a Idade Média, quando o teocentrismo e a romanização eram os principais valores ocidentais. Por isso, a intelectualidade católica, apoiada pela hierarquia, começou a articular um nome que atendesse aos interesses da instituição, alguém de confiança que pudesse reagir contra as inúmeras iniciativas que ameaçavam o projeto da neocristandade brasileira: este nome foi Gustavo Capanema. Dos diversos colaboradores de Vargas, vários eram os gaúchos de tendências claramente positivistas e contrários à Igreja. Minas Gerais sempre teve um Catolicismo de tendência e expressão coloniais, com um povo arraigado das tradições religiosas, o que se verificava também na classe dominante.

Todavia, um outro político mineiro além de Capanema se sobressaiu neste momento: Francisco Campos. Ambos consideravam o suporte da instituição eclesial um fator decisivo para evitar mudanças radicais na ordem social. Segundo John Wirth, “a geração política de Francisco Campos e Gustavo Capanema estava mais solidária às causas da Igreja do que seus pais, de pensamento mais livre” (WIRTH, 1982, p. 180). Ambos vinham de uma experiência mineira de educação bastante conservadora, já que na década de 20 o governo daquele estado iniciou uma série de

mudanças educacionais que obrigou o retorno do ensino religioso confessional às escolas públicas, bem como a criação de cartilhas e livros de caráter dogmático e apologético. Na opinião de Simon Schwartzman,

Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde em 1934 como parte de acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos. [...] Era homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico (SCHWARTZMAN, 2000, p. 48)

Homem forte de Vargas, Capanema manteve um intenso contato com os artistas e intelectuais da época, principalmente os modernistas. Amoroso Lima o conheceu em 1933 por intermédio de Carlos Drummond de Andrade e logo se tornaram amigos, dados os interesses de Alceu no que dizia respeito às políticas educacionais brasileiras. Alguns anos depois, Alceu foi convidado pelo ministro para dirigir a Universidade do Distrito Federal, posterior Universidade do Brasil. Essas experiências políticas no Brasil receberam o apoio explícito das autoridades eclesiásticas. Efetivamente, a ênfase dada pelo Estado varguista à ordem, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com o ideário católico da época, inspirado no modelo italiano<sup>7</sup>.

Do outro lado das opiniões, estavam aqueles que defendiam com veemência uma prática educacional totalmente afastada do incenso clerical. A reação do grupo escolanovista foi muito forte, usando os mesmos mecanismos de sempre: a imprensa e algumas associações educativas. O principal embate se deu na fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, e o principal articulador desta corrente foi o seu primeiro reitor, Anísio Teixeira. Segundo ele,

Muitos julgaram que a universidade poderia existir no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida. Conhecemos todos a linguagem deste reacionarismo.

---

<sup>7</sup> Em discurso de 08-01-1923 homenageando Felício dos Santos, fundador do jornal católico *A União*, Alcebíades Delamare parafraseou as palavras programáticas de Mussolini quando do seu discurso de tomada do poder e início do regime fascista: “A Itália deve a sua vitalidade ao Catolicismo que, com seus preceitos de renúncia, de penitência, de sacrifício, de asceticismo, leva os homens ao combate das suas paixões. Graças a ele, podemos nós, italianos, conservar o pleno vigor espiritual. A nova Itália será a campeã do Catolicismo, que é a mais sublime das religiões.” (apud MATOS, 2003, p. 95)

[...] Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasce sob o signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem (*apud AZZI, 2008, p. 313*).

Interessante esclarecer que tais educadores faziam questão de professar o Catolicismo como sua religião, sua formação humana, mas eram completamente avessos à ideia de uma “educação católica”. O próprio Anísio Teixeira não escondia de ninguém sua sólida formação escolar e humana adquirida quando foi aluno do colégio e da faculdade dos padres jesuítas, em Salvador. Não precisa dizer que a reação do grupo ligado a Alceu foi imediata, este mesmo tratou logo de escrever a Capanema se mostrando indignado com os rumos iniciais da Universidade:

A recente fundação de uma universidade municipal com a nomeação de certos diretores de faculdades que não escondem suas ideias e pregação comunistas foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos, por este caminho? Consentirá o governo em que, à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil, e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? É importante organizar a Educação e entregar os postos de responsabilidade neste setor importantíssimo a homens de toda a confiança moral e capacidade técnica (e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação<sup>8</sup>) – tudo são tarefas de um governo que deve levar adiante imediata e infatigavelmente, pois delas dependem a instabilidade das instituições e da paz social. (*apud AZZI, 2008, p.314*)

Capanema se viu numa difícil situação: conciliar os dois polos inteiramente contrários que se digladiavam na política educacional federal. Ele tinha por Alceu uma grande consideração, uma verdadeira dívida, pois foi por intermédio de Amoroso Lima e Dom Leme (em 1934) que Getúlio Vargas escolheu Capanema para o Ministério da Educação, fato este de que o ministro nunca mais se esquecerá em relação ao velho

---

<sup>8</sup> Trata-se de Anísio Teixeira.

Alceu, chamando-o de “meu eterno conselheiro”. Em 1937, com o endurecimento do regime de Vargas e as constantes pressões da Arquidiocese do Rio, Capanema destituiu Anísio Teixeira da reitoria da UDF e a entregou a Amoroso Lima.

Na dificuldade de administrar tal instituição já impregnada de valores, currículos e profissionais contrários à Igreja, Alceu inicia o seu processo de extinção, que se deu de forma definitiva em 1939. Em carta a Capanema, Mário de Andrade lamentou e censurou o fechamento daquela universidade. Segundo o autor de *Macunaíma*, a UDF era “o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil” (*apud AZZI, 2008, p. 314*).

A solução encontrada foi fundar uma nova instituição, a Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ, e tal fato ocorreu no mesmo ano de 1939. Alceu deu uma nova cartada reacionária exigindo que os antigos professores da UDF não fossem readmitidos, bem como os alunos também não poderiam ser (re)matriculados. Em carta aberta ao *Jornal do Commercio*, Fernando de Azevedo declarava que “Amoroso Lima no seu culto pela ordem, pela disciplina e pela hierarquia representa o que há de mais conservador no pensamento nacional” (*apud AZZI, 2008, p.316*). Alceu teve total liberdade nos rumos desta nova empreitada do governo varguista, recebendo vários elogios por parte da Presidência da República. Em carta a George Dumas, Capanema expõe as limitações de Alceu para a contratação de professores e demais profissionais para esta universidade:

A faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí não encontrar eu boa acolhida para nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à Igreja ou dela divergentes (*apud AZZI, 2008, p. 315*).

Percebe-se um certo tom inoperante do Ministério da Educação quanto à atuação de Amoroso Lima, lembremos que o principal fator em jogo era o bom equilíbrio dos interesses do Estado Novo com a Igreja. Uma demonstração clara disso é que em janeiro deste mesmo ano, no dia de São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro, o Cardeal Leme celebrou uma gigantesca missa na Praia do Russel, na Glória, tendo uma imensa bandeira brasileira como cenário montado atrás do altar-mor. O

símbolo nacional estava ladeado pela bandeira do Vaticano e pelo brasão da Arquidiocese carioca, numa explícita demonstração de união e compromissos mútuos entre as três instâncias. Na primeira fila dos participantes estavam o próprio Vargas, sua família e todo o seu ministério constituído.

Com a redemocratização brasileira a partir de 1946, ficou bem difícil a condução deste projeto de sacralização do ensino universitário federal. Já afastado por vontade própria da reitoria da Universidade do Brasil, Alceu empreendeu juntamente com o padre Leonel Franca uma nova missão – a criação da PUC-Rio, antigo sonho de Dom Leme, já falecido naquela época. A respeito deste feito, afirma Odilon Moura:

Em 1932, Dom Leme fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores, com cursos de Teologia, Filosofia e Sociologia, sob a direção de Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991). Foi o embrião da futura Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No dia 15 de março de 1941, foram instalados oficialmente os novos cursos. Segundo a aspiração de Dom Leme, a Universidade seria um grande instrumento, através do qual a Igreja poderia formar uma mentalidade cristã na sociedade brasileira. Esta foi sua última grande realização como arcebispo do Rio de Janeiro. (MOURA, 1978, p. 138)

Anos depois, o próprio Alceu reconheceu o exagero da sua atuação junto à extinção da UDF e à criação da UB: “Se fiz restrições à criação da Universidade do Distrito Federal, foi ainda sob a influência desse unilateralismo católico. Minhas restrições provinham de partir essa criação de um grupo imbuído do mesmo espírito escolanovista dos pioneiros de 1931” (Lima, 1973, p. 228). É o tempo como provocador de mudanças e narrador das diferentes trajetórias ideológicas.

## **1. Intelectuais na Encruzilhada – O Centro Dom Vital**

Num dos tantos encontros com as lideranças católicas, o presidente Getúlio Vargas reafirmou “a importância da colaboração constante das nossas autoridades eclesásticas com o governo do país, auxiliando a manutenção da ordem e

promovendo o progresso nacional” (MATOS, 2003, p. 52). Vê-se claramente a associação entre Catolicismo e patriotismo que configurará politicamente os próximos anos. Como uma espécie de contrapartida religiosa, é interessante lembrar que, à parte dos eventos considerados não religiosos, vanguardistas e apóstatas do ano de 1922, este também foi marcado pelo início da construção do Cristo Redentor, pela fundação do Centro Dom Vital e pela organização do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, demonstração bem clara de que os diálogos entre os palácios do Catete e São Joaquim caminhavam “de vento em popa”! O bom relacionamento da Igreja com o Estado Novo foi um marco. Segundo Henrique Matos,

A Revolução de 1930 ocorreu sem derramamento de sangue graças à intervenção pessoal do Cardeal Leme, quando foi deposto o Presidente Washington Luis (em outubro de 1930). Recém chegado da Europa onde, em Roma, fora investido da dignidade cardinalícia, Dom Leme conseguiu convencer o presidente da inutilidade de resistir às forças revolucionárias, encontrando assim uma solução pacífica para o conflito. Getúlio ficaria eternamente grato ao cardeal-arcebispo por esse gesto humanitário que, afinal de contas, favorecera o prestígio do próprio Vargas. (MATOS, 2003, p. 70)

É comum a reprodução em livros de uma fotografia que alude a tal acontecimento: o Cardeal Leme deixando o Palácio do Catete no automóvel da presidência da República ao lado do presidente deposto. Isto demonstra a envergadura político-religiosa que a Igreja assumia naquela época, e que seria reforçada através de diferentes acordos ao longo do regime varguista. Entretanto, para que tal prestígio se confirmasse, era necessária a adesão cada vez maior da sua força secular – os leigos.

A estratégia de mobilização católica na década de 1930 dirigiu-se preferencialmente à classe média, com a qual a Igreja arregimentou fortes laços de cooperação. As mulheres – que nesta época já se manifestavam publicamente e iniciavam sua emancipação social –, alguns empresários e principalmente os intelectuais formavam e preenchiam as trincheiras ideológicas a favor dos interesses

eclesiásticos. Neste momento, presenciava-se o nascimento de um “ideal militante de Catolicismo”, no qual as palavras de ordem eram defesas apologéticas à religião e à doutrina da Igreja, bem como ao magistério clerical da sua hierarquia. Não bastava ser católico apenas no nome, nas estatísticas, o momento urgia uma ação mais sólida e contumaz do laicato comprometido, como bem atesta Oscar Lustosa:

Católicos indiferentes eram vistos como um perigo para a própria Igreja. Consideravam-nos “falsos fiéis” e até inimigos! Aliás, em todo canto era comum ver adversários que ameaçavam a integridade da religião. Por isso, estabelecia-se: a ninguém é lícito recusar a espada que a religião oferece aos seus soldados nesta fase crítica que atravessa a nacionalidade. Mister é aceitá-la e manejá-la com destreza e vigor; é obrigação indeclinável dos verdadeiros católicos. (LUSTOSA, 1993, p. 41)

Essa Igreja combativa vai ser sentida principalmente nos intelectuais e pensadores igualmente apologéticos, verdadeiros “soldados de Cristo”, como gostavam de se autodenominar. Neste contexto, as “batalhas” estavam nas editoras, na imprensa, no mundo universitário, nos cafés, enfim, na vivência ordinária da sociedade. Como fruto intelectual deste momento, surgiu o Centro Dom Vital<sup>9</sup>, órgão oficial da Arquidiocese carioca e de crucial importância para a projeção do pensamento Católico conservador naquele momento. Homenageando um dos bispos que lutaram contra a maçonaria no segundo reinado, causando atritos que ficaram conhecidos como a Questão Religiosa, o Centro foi fundado em 1922, por Jackson de Figueiredo, congregados marianos e patrianovistas<sup>10</sup>. Um ano antes ocorrera o lançamento da revista *A Ordem*, que divulgava o pensamento desses intelectuais. Como lembra Hamilton Nogueira, um dos fundadores deste periódico:

<sup>9</sup> Os fundadores do Centro Dom Vital foram: Jackson de Figueiredo, Plínio Corrêa de Oliveira, Hamilton Nogueira, Sobral Pinto, Perilo Gomes, Arlindo Vieira e Jônatas Serrano. Os principais integrantes do Patrianovismo, além de Arlindo Veiga dos Santos, eram: Antônio Paim Vieira, Jackson de Figueiredo, Paulo Dutra da Silva, Joaquim Dutra da Silva, Paulo Sawaya, Aguinaldo Ramos, Carlos Prado, Salathiel Campos, Sebastião Pazano, José Carlos Ataliba Nogueira, Oscar Amarante, Manoel Marcondes Rezende e Ernesto Pereira Lopes.

<sup>10</sup> O movimento Pátria Nova era liderado por católicos monarquistas, antiliberais e nacionalistas que, além de lançarem a *Revista da Ação Imperial Patrianovista Brasileira*, em 1928, sob a direção de Arlindo Veiga dos Santos, fundaram naquele mesmo ano o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria Nova, sendo transformado, em 1932, no movimento Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que pretendia fundar o Terceiro Reinado no país.



Em agosto de 1921, Jackson convidou um pequeno número para encontrar-se com ele no Café Gaúcho, situado na rua Rodrigo Silva, esquina da rua São José. Lá chegamos à hora marcada, numa noite desse mesmo mês; além de Jackson, estavam presentes Perilo Gomes, Durval de Moraes, José Vicente e eu. Disse então o nosso amigo: 'Não é possível trabalharmos para a Igreja se não dispusermos de um jornal para expormos as nossas ideias'. Estava assim lançada *A Ordem*. (NOGUEIRA apud AZZI, 2003, p. 49 -50)

Tal revista foi idealizada por Jackson de Figueiredo e pelo Cardeal Leme, que classificou o periódico "a maior afirmação da inteligência cristã no Brasil" (*apud* MATOS, 2003, p. 100), sendo amplamente distribuída pelo país através de assinaturas e também por distribuição avulsa. Os organizadores trataram de conseguir colaboradores nos principais estados, estes divulgavam e vendiam a revista nos seus respectivos círculos. Riolando Azzi explica o porquê do nome *A Ordem*:

A palavra *Ordem* evoca o lema da República, *Ordem e Progresso*, estampado na bandeira brasileira, de sabor positivista. Em face dos movimentos revolucionários que começam a se manifestar, os católicos, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, levantam a bandeira da *Ordem*. A religião deve constituir um elemento de ordem na nação, em face dos movimentos considerados anárquicos. (AZZI, 1977, p. 63)

Fica bem claro o teor reacionário na escolha do nome para aquela revista que, sem dúvidas, foi o principal veículo de circulação dos ideais católicos brasileiros e até universais, uma vez que este periódico possuía vários correspondentes e colunistas de outros países. Era uma espécie de "diário oficial", de leitura obrigatória mesmo para aqueles que discordavam da ideologia eclesiástica, uma vez que seus articulistas eram de forte calibre intelectual nos meios acadêmicos brasileiro e francês.

O Centro Dom Vital tomou a dianteira do movimento católico leigo em todo o país. Seus líderes organizaram a Confederação Nacional da Imprensa Católica e geraram o embrião das Universidades Católicas em todo o país, principalmente da PUC

do Rio. Lançada pelo Centro, a Ação Universitária Católica apareceu em 1930, no Rio de Janeiro. Foi através da produção acadêmica dos seus membros que muitos bispos promoveram suas concepções teológico-pastorais sobre a família, educação, política e ordem social, procurando meios e articulações para que tais assuntos entrassem na legislação brasileira ou, pelo menos, fossem discutidos.

A Liga Eleitoral Católica – LEC, outra organização forjada pelos militantes do Dom Vital, garantiu a presença de um respeitável contingente católico na Assembléia Constituinte de 1934, destacando-se Plínio Correa de Oliveira, fundador da futura organização Tradição, Família e Propriedade – TFP, grande divulgadora do pensamento conservador católico a partir dos anos 60, da qual Alceu foi simpatizante na sua fundação, mas depois se afastou em razão do seu alto grau de conservadorismo. Segundo depoimento do próprio Alceu,

a Liga Eleitoral Católica não era um partido, mas um movimento de ideias. Como era, em outro plano, a Ação Católica. Interessado a fundo no Catolicismo social, escrevi por essa época uma série de artigos em A Ordem. Estes artigos, hoje incluídos no meu livro Indicações Políticas, foram tomados como sendo uma adesão de minha parte ao Integralismo, o que era absolutamente falso. (LIMA, 1974, p. 151)

O Centro Dom Vital seduziu os intelectuais que, sem dúvida, simpatizavam com um nacionalismo de caráter conservador que vinha sendo apresentado no bojo das transformações políticas do pós 30. Esse nacionalismo também se fez presente até na Semana de Arte Moderna de 1922, tendo em Menotti Del Picchia um dos seus maiores representantes. Novamente, é Riolando Azzi que esclarece a respeito do nome deste Centro de pesquisa:

O nome Dom Vital lembra o caráter combativo do bispo de Pernambuco na defesa dos direitos da Igreja contra as pretensões do regalismo imperial e contra o poder da maçonaria. A Restauração Católica será implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo. (AZZI, 1977, p. 63)

Nesta perspectiva, o pensamento de Jackson de Figueiredo se apoiava na ideia de que a nação somente sobreviveria se a religião fosse sua base, considerando que esta era a alma da Pátria e que a verdade religiosa era a única capaz de manter a unidade social da nacionalidade, ideologia esta totalmente de acordo com os rumos que a Igreja Universal vinha tomando desde o pontificado de Leão XIII. Tal pensamento era combativo e ideologicamente armado, como ficou claro até mesmo na escolha do nome Dom Vital. Segundo o que atestou Alceu, “o Centro Dom Vital, na mente de Jackson, desde a sua fundação em 1922, estava implicitamente ligado a uma intenção política: a de defender o princípio de autoridade” (LIMA, 2001, p.69). Esta autoridade vinha daquela Igreja que, desde os primórdios, sempre foi chamada de “a esposa de Cristo”. Riolando Azzi dá algumas informações acerca do início do Centro:

A primeira fase, dirigida por Jackson, é de intenso envolvimento político, assumindo esse jornalista católico a defesa intransigente do governo estabelecido e reagindo fortemente contra as pretensões revolucionárias do movimento tenentista. Sob esse aspecto, mantinha-se coerente com a própria orientação da hierarquia eclesiástica. (AZZI, 2003, p. 13)

Durante a década de 1920 (após sua conversão) e início dos anos 1930, Alceu manteve fidelidade aos princípios de Jackson que nortearam a ideologia do Centro. Inicialmente, opôs-se à Revolução de 30, considerando que a mesma era a consequência de um pensamento essencialmente liberal: “obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus” (*A Ordem*, outubro de 1930). Entretanto, como já demonstrado, o mesmo Alceu se valeu do regime varguista a partir dos acordos deste com a Igreja. Após a morte de Jackson, ocorrida tragicamente em 1928, Alceu assumiu a direção do Centro Dom Vital até a morte de Dom Leme, ocorrida em 1942. A atuação de Alceu representou o que havia de mais significativo no pensamento católico tradicionalista, participando assiduamente da vida cultural e política do país naquele momento. Para Marcelo Timotheo da Costa, a atuação de Alceu estava completamente em acordo com os rumos da Igreja carioca e romana:

Já durante o pontificado de Pio XI, foi associada ao movimento leigo a tarefa de empreender a ligação entre a Igreja e o século – visto como hostil aos ideais católicos. Mais que uma “ponte”, dado o espírito beligerante prevalente na hierarquia, tratava-se de estabelecer na sociedade moderna, através do laicato, uma “cabeça-de-ponte” que viabilizasse a conquista desta pela Igreja. Vem daí a imagem do leigo como alguém que, subordinado à hierarquia, contribuiria na cristianização do século. (COSTA, 2006, p. 128)

Esse “espírito beligerante” foi vivido nos diversos cantos do Brasil, com uma maior concentração no Rio de Janeiro, capital federal e palco de grandes acontecimentos de ordem político-sócio-cultural que repercutiram na maneira de “ser Igreja”, de “servir ao Evangelho”, como muitos afirmavam. Por isso a necessidade de elucidar o protagonismo da Sé carioca nesta época: a atuação do Cardeal Leme e dos seus colaboradores mais diretos excedeu o terreno puramente espiritual e pastoral, estendendo-se aos mais diferentes âmbitos culturais – desde a censura propriamente dita feita ora pela Arquidiocese, ora pelo Ministério da Justiça – até a participação e militância direta dos intelectuais católicos nas diferentes associações oficiais como a Academia Brasileira de Letras, a Associação Brasileira de Imprensa, o Pen Club, a Associação Brasileira de Escritores, a Sociedade Felipe d’Oliveira e, obviamente, o Centro Dom Vital. Para o Cardeal, a mais importante de todas era a ABL. É o próprio Alceu quem lembra:

Quem me levou à Academia foi, sem dúvida, Dom Sebastião Leme, de quem me havia aproximado e a quem aliás só conhecera no dia seguinte à morte de Jackson. [...] Dez anos mais tarde, entretanto, já deslocado o eixo de minha vida, da literatura para outros domínios do Espírito, alterava-se o problema. [...] Alguns companheiros de geração, entretanto, como Mário de Andrade, julgavam que minha definição religiosa tinha deliberadamente sacrificado o crítico. Não tinha razão, a meu ver, quanto ao exercício da minha liberdade de pensamento e da minha isenção de julgamento. [...] É que Mário tinha do Catolicismo uma concepção reacionária. Esta a razão que o levaria a dizer-me em carta: Se eu fosse católico... eu era sectário, eu não compreendia o meu adversário senão convertido aos pés de Deus ou destruído por mim aos meus pés. Foi esta concepção deformada do Catolicismo que o levou a considerar minha convicção religiosa incompatível com o exercício da crítica literária. [...] Em

1934, por morte do poeta Luis Carlos, me pedia Dom Leme, então empenhado na penetração dos leigos católicos em todas as instituições sociais e culturais – que reconsiderasse meu preconceito antiacadêmico e me candidatasse. Para não desgostá-lo e depois de alguma resistência, resolvi aceder. (LIMA, 1973, p. 101-102)

Tais atitudes de parte significativa da intelectualidade carioca contribuíram, como se sabe, para redefinir os rumos do próprio Modernismo no Rio de Janeiro, especialmente em profundo contraste com os demais projetos de modernidade espalhados pelo Brasil, principalmente a proposta hegemônica de São Paulo. Foi um conjunto de práticas intelectuais que redefiniram o movimento na então capital federal. Vale lembrar a decisiva atuação de Tristão e de outros pensadores católicos nesta fase da nossa vida cultural, todos em profunda sintonia com os “sinais dos tempos” profetizados pela Igreja através da sua ortodoxia. Tal intelectualidade se via numa espécie de “apostolado”, de “missão”, que se realizava numa atuação pastoral e política marcada pelo dinamismo e pelas mais diferentes relações.

#### **Referências Bibliográficas:**

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil – Terceira Época 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. “O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930”. In: *Síntese*. NF 4, n. 10, 1977.

\_\_\_\_\_. *Os Pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

COSTA, Marcelo Thimoteo da. *Um Itinerário no Século – Mudança, Disciplina e Ação em Alceu de Amoroso Lima*. São Paulo: Editora PUC Rio/Loyola, 2006.

LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Memórias Improvisadas – Diálogos com Medeiros Lima*. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. *Notas para a História do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam/Paulinas, 2001.

\_\_\_\_\_. & FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondência – Harmonia de Contrastes*, Tomos I e II. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil – História e Problemas 1500-1968*. São Paulo: Editora Giro, 1977.

\_\_\_\_\_. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1993.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja – de Lutero a Nossos Dias*. São Paulo: Loyola, 1997.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História – 500 anos de Presença da Igreja Católica no Brasil*, Tomo 3 – Período Republicano e Atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.

MOURA, Dom Odilon. *Ideias Católicas no Brasil: Direções do Pensamento Católico do Brasil no Século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem – Uma Revista de Intelectuais Católicos 1934-1945*. São Paulo: Autêntica/FAPESP, 2005.

RODRIGUES, Leandro Garcia. *Alceu Amoroso Lima: Cultura, Religião e Vida Literária*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

SALES, Cardeal Dom Eugênio de Araújo. "O Passado e o Presente da Igreja". In: *Boletim da Revista do Clero da Arquidiocese do Rio de Janeiro*, ano 45, Agosto. Rio de Janeiro: Editora Nossa Senhora da Paz, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV / Paz e Terra, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WIRTH, John. *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em 07 de junho de 2012.

Aprovado em 10 de julho de 2012.